



“CAMPINA 2035”, CIDADE INTELIGENTE? UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL DA RM DE CAMPINA GRANDE VIA “COMPLEXO ALUÍZIO CAMPOS”

Autores:

ALEXANDRE SABINO DO NASCIMENTO - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA -
alexandre.nascimento@upe.br

Resumo:

Esse pesquisa exploratória objetivou inicialmente desnudar o discurso subjacente de agentes nacionais e internacionais ligados há uma urbanização neoliberal, somada a características da nova economia ligada ao desenvolvimento das TICs e da inovação, que aclama a necessidade da formação de sistemas regionais de inovação ou ecossistemas da inovação como panaceia que resolverá os problemas econômicos e sociais dos mais diferentes espaços urbano e regionais. A cidade de Campina Grande não fica de fora do desejo de se enquadrar nesse modelo de cidade inteligente encampado por uma nova agenda urbana global. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que analisa a construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento para Campina Grande 2035, que se apresenta como tentativa de materialização do desejo de inserção competitiva dessa cidade. Apontou-se algumas incongruências da implementação de certos ideais com a realidade concreta dos espaços de cidades periféricas do capitalismo global. Como a falta de adequação das cidades receptoras no tocante a estruturas físicas e virtuais, falta de mão de obra especializada. Observou-se a replicação de modelos ou “boas práticas” de forma incondicional pelas mais diferentes realidades espaço-temporais.

“CAMPINA 2035”, CIDADE INTELIGENTE? UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL DA RM DE CAMPINA GRANDE VIA “COMPLEXO ALUÍZIO CAMPOS”

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas viu-se o surgimento a nível mundial de um mercado de modelos de gestão urbana que se baseiam em arranjos político-institucionais e nas chamadas “boas práticas”, ligadas a promoção do desenvolvimento econômico, seja através da inversão direta de recursos na modernização da infraestrutura urbana, ou por meio da construção de tecnopolos ou ecossistemas de inovação, renovação e requalificação de subespaços urbanos, reestruturação urbano-regional, além da ampliação crescente da participação do setor privado na gestão de serviços e equipamentos públicos.

A cidade de Campina Grande, que é a segunda maior cidade do estado da Paraíba e uma das principais cidades do interior do Nordeste¹, não foge ao fetiche de se enquadrar nesse modelo de cidade encampado por uma nova agenda urbana global. Com a fundação da sua “Escola Politécnica” nos anos 1950 - hoje incorporada à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a cidade passou a desenvolver uma forte cultura científica na área de tecnologia da informação, sendo conhecida hoje como uma das cidades mais inovadoras do país. (SILVA, 2014).

Nos anos 1990, Campina Grande se aproveita do processo de descentralização industrial do país e passa a desenvolver os segmentos couro-calçadista e tecnológico². Com relação ao último, a cidade passa a ser vista como referência entre as cidades do Brasil voltadas ao desenvolvimento de novas tecnologias e vem tentando reforçar esse discurso, via a promoção de políticas e projetos estratégicos ligados a essa dita vocação e a busca de se inserir no mercado de cidades de forma mais competitiva. Nesse artigo destaca-se a construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento para Campina Grande 2035 e cidades do seu entorno

¹ Segundo a REGIC (2007) Campina Grande é uma Capital Regional de nível B, sendo a única do Nordeste. A partir da década de 1930, passou a fortalecer seu perfil industrial, passando por ciclos de expansão da indústria, notadamente nos anos 1960, 70 e 80. Atualmente, tem como principais atividades econômicas, além da indústria de transformação, a construção civil e os serviços, com destaque para os serviços no campo da educação, saúde e comércio (atacadista e varejista). Em 2015, contava com uma população de 405.072 habitantes (Censo/IBGE, Estimativas Populacionais/IBGE e DATASUS.), que representava 10% da população do estado da Paraíba, com um PIB que corresponde a 14% do PIB do estado.

² Ao lado da Região Metropolitana de João Pessoa a RM de Campina Grande, apresenta dinâmicas que poderiam ser consideradas metropolitanas, as duas representam os arranjos populacionais mais importantes do Estado (IBGE, 2015) e configuram-se como Capitais Regionais I e II respectivamente. Destaca-se que segundo o IBGE as duas regiões demonstram relacionamentos dependentes do Recife, centro de maior porte e a MetrÓpole nessa rede. (MIRANDA, 2015).

que exemplifica, ao nosso ver, a tentativa de materialização desse desejo por inserção competitiva dessa cidade.

Atualmente, em todo o mundo, tem-se o crescimento de um discurso com vistas a promover um consenso social em torno das prioridades “estratégicas” de investimentos em cidades inteligentes, sustentáveis e inclusivas, anunciadas e defendidas por grupos de *think tanks* e consultores internacionais, e representações de frações de capitais específicos ligados a produção do espaço urbano. Esse agentes entoam o discurso da busca de uma maior produtividade urbana-regional com eficiência e eficácia empresarial e maior competitividade. Novas agendas internacionais para o desenvolvimento urbano são criadas com o uso de palavras-chave como: governança, capacidade e desenvolvimento institucional, resiliência, cidades inclusivas, sistema fiscal municipal, ecossistemas urbanos, cidades inteligentes, entre outros (ONU-HABITAT, 2015)³.

Ligado a isso, tem-se a complexificação da relação entre Estado X capital, que com o tempo vem se tornando cada vez mais contraditória, envolvendo uma série de inovações em arranjos econômicos, político-institucionais e espaciais (NASCIMENTO, 2015) assim como uma série de políticas e ações ligadas ao processo de acumulação por despossessão nas cidades mundiais (HARVEY, 2005). Brenner, Peck e Theodor (2015) aludem para a importância crescente das estruturas institucionais e espaciais específicas de cada lugar e sua articulação diferenciada com os processos de destruição criativa (HARVEY, 2011) do neoliberalismo realmente existente. Para esses autores as cidades são o espaço onde o projeto geograficamente variável do neoliberalismo se materializa e toma formas diferenciadas, ligadas ao encontro, do que H. Lefebvre chamava, de uma ordem distante e uma ordem próxima, que por sua vez estão relacionadas aos circuitos globais do capital e sua produção cultural de consensos.

Para Brenner (2004), baseado em autores como D. Harvey, N. Smith, B. Jessop e H. Lefebvre, a fase atual de reestruturação global induzida pela crise atual do sistema capitalista busca um novo arranjo espacial e escalar, que por sua vez, estabelece um novo marco institucional – discursivo – e geográfico capaz de assegurar o processo de acumulação de capital dentro do quadro de maior competitividade internacional e mobilidade de capitais crescentes gerador de incertezas e riscos. Para Brenner (2004) isso ocasionou uma relativização da primazia da escala nacional e, simultaneamente, um maior reforço as ações das escalas supranacionais e subnacionais nesses processos. Algo em torno das consequências das políticas de descentralização administrativa estimuladas e implementadas no país a partir do anos 80, somadas a busca e divulgação das vantagens da produção de sistemas regionais de inovação.

Com isso, tem-se a emergência de um processo de reorganização do espaço estatal contemporâneo como resultado de rodadas de neoliberalização e reescalonamento (BRENNER, 2010) dentro de uma análise da reestruturação do Estado e da reorganização das hierarquias espaciais. Arelado a essa política de reescalonamento do espaço estatal temos as reestruturações do Estado, de caráter neoliberais, que buscam redefinir o papel do Estado Nacional, no quadro da globalização e da crise fiscal, fazendo com que esse diminua seu papel em diversas áreas, sendo que o mesmo se desobriga de várias políticas públicas, e procura também estimular a autonomia dos estados e municípios via reestruturações regulatórias,

³ Podemos ver isso através da análise do crescimento do papel dos organismos multilaterais como: Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE, Organização das Nações Unidas - ONU, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Banco de Desarrollo de América Latina – CAF, entre outros, na produção de programas, políticas, planos e ideias para o pretense desenvolvimento, principalmente, de países do fordismo periférico (LIPIETZ, 1988).

com destaque para que esses formulem, implementem e gestem seus programas e projetos de desenvolvimento via concessões, PPPs, Operações Urbanas Consorciadas, entre outros meios e ações que procuram conectar esses espaços a grandes investidores em potencial.

Destaca-se a tentativa, em diferentes espaços-tempo, de (re)produção do que Harvey (2005) intitula como uma “coerência regional estruturada” (HARVEY, 2005), que se estrutura, segundo esse autor, via a formação de alianças/coalização de classe que buscam a construção de empreendimentos para atender as demandas de reprodução de seu capital, assim como a busca de inversões de capitais externos em seu espaço. A coerência regional estruturada representa configurações geográficas que atingiram certa estabilidade, ao menos por algum tempo, como a formação de novas centralidades urbanas, polos de crescimentos, distritos industriais, entre outros. A busca pela formação de certa coerência regional estruturada, ao nosso ver, pode estar presente nos objetivos de GPDUs e/ou empreendimentos como o Complexo Produtivo Aluízio Campos, analisado nesse estudo⁴.

Pretende-se realizar uma articulação entre três fronts de análise, uma voltada ao planejamento estratégico ligado ao processo de urbanização neoliberal (BRENNER, PECK E THEODOR, 2015), aliado a processos de reestruturação e reescalonamento da questão urbana e regional, adicionando a isso a análise das possibilidades e limites ligados do uso, pelo planejamento e gestão urbana, das teorias e discursos ligadas aos sistemas regionais de inovação e ecossistemas de inovação no processo de desenvolvimento de cidades médias e/ou de porte intermediário⁵.

Dessa forma, pretende-se aqui analisar algumas dessas teorias e discursos apontados a frente dentro da ação de uma coalização local em Campina Grande que encampa o Plano Estratégico de Desenvolvimento para Campina Grande 2035, que tem como seu projeto âncora o GPDU intitulado Complexo Logístico Industrial Aluízio Campos. Analisar suas perspectivas e seu discurso implícitos.

O presente artigo se divide em quatro partes. Inicia-se com uma introdução na qual se faz uma contextualização do tema, e apresenta-se alguns dos principais conceitos e o objeto de estudo. Em seguida faz-se um tópico que apresenta o processo de construção do discurso das chamadas *boas práticas* e das cidades inteligentes e sustentáveis, o mesmo é apresentado via a análise dos seus apologistas, intelectuais e instituições, mas essa narrativa é balizada por uma análise crítica desses conceitos ligados a nova agenda urbana hegemônica e a apresentação de alguns projetos ligados a Smart cities internacionais. Depois, temos a análise sucinta do Complexo Aluízio Campos, de seus objetivos e expectativas, assim como de alguns

⁴ Sobre a busca de algo próximo da produção de uma “coerência regional estruturada” e seus possíveis exemplos no espaço e no tempo Harvey destaca “Há uma longa tradição da teoria econômica, que se inicia com Alfred Marshall (com sua ênfase nos distritos de produção industrial — hoje chamados “marshallianos”) e inclui Perroux (com sua ênfase nos pólos de crescimentos) e Paul Krugman (com seu interesse em economias regionais “auto-organizadoras”), que vê a produção da organização regional como ao mesmo tempo consequência inevitável da dinâmica da acumulação do capital e condição básica de sua compreensão” (HARVEY, 2005, p. 88).

⁵ Dentro da Estratégia Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação do MCTIC – 2016-2022 são apontados alguns desafios para a política de inovação no país a produção e o acesso ao conhecimento e às técnicas de produção. Um desses desafios é apontado como o de reduzir as assimetrias regionais na produção e no acesso à CT&I. Nesse intento o MCTIC faz uma análise por escalas deste desafio considerando as diferentes escalas espaciais: local, regional, nacional e global. Onde destacamos a perspectiva para a escala local que se centra na disponibilidade de infraestruturas laboratoriais e recursos humanos, bem como a existência de ecossistemas de inovação que possam ser mobilizados para a promoção do desenvolvimento em CT&I. (MCTIC, 2016).

projetos que lhe serviram de base. Por fim, temos as considerações finais, que também servem para construção de novas problematizações sobre o objeto de análise e os discursos ligados ao mesmo.

A NARRATIVA DAS CIDADES INTELIGENTES, INCLUSIVAS E SUSTENTÁVEIS: DAS “BOAS PRÁTICAS” AOS PLANOS ESTRATÉGICOS

Brandão, Fernández e Ribeiro (2018) apontam para a replicação, a difusão, o utopismo e a reprodutibilidade crescente de uma gama de políticas, programas e projetos de desenvolvimento local e regional, e sustentável, apologizados e profetizados pelos os “manuais de boas práticas”, apregoados pelos organismos multilaterais internacionais, e o impulso para a construção de “planos estratégicos”, ligados a proliferação de uma gama de agências consultoras atreladas a uma *expertise* global produtora de consensos. Sobre essa difusão e replicação em países da América Latina os autores apontam

O resultado tem sido uma progressiva perda de capacidade explicativa acerca dos modos através dos quais a recuperação do protagonismo de regiões e localidades se entrelaça conceptual e empiricamente com as transformações contraditórias do sistema socioeconômico e espacial, possibilitando um posição privilegiada para determinadas fragmentos territoriais globalizados do capital, ao mesmo tempo em que se instaura um aprofundamento das desigualdades e exclusões. Em outros termos, simultânea e paradoxalmente, a retórica localista conviveu com a massacrante e universalizadora instalação do paradigma neoliberal, a propagação e replicação de casos exitosos e a difusão dessa perspectiva territorial voltada a seguir à risca as “pautas de manual”. (BRANDÃO; FERNÁNDEZ; RIBEIRO, 2018, p. 13).

Temos como fator importante o da política neoliberal que redefiniu o papel do Estado Nacional, no quadro da globalização e da crise fiscal, fazendo com que esse diminuísse seu papel em diversas áreas, sendo que o mesmo se desobriga de várias políticas públicas, e procura também estimular a autonomia dos estados e municípios via reestruturações regulatórias (como um importante exemplo temos a Lei de Responsabilidade Fiscal). Essa ideologia prega que se deve liberar a força do empreendedorismo e da inovação da iniciativa privada, e tem forte relação com as tentativas de fuga das crises cíclicas do sistema capitalista. Sobre isso Lacerda e Fernandes assinalam

É por demais conhecido o caráter cíclico da produção de riqueza no capitalismo, expresso em recorrentes crises que alcançam por vezes proporções sistêmicas (Harvey, 1984; Arrighi, 1997), cujo enfrentamento

pode levar à construção de novos paradigmas tecnológicos e mercados, como argumentou Schumpeter (1997), referindo-se às grandes ondas de Kondratieff (Freeman e Soete, 1997). A saída à crise por meio do progresso técnico, há muito observada por Karl Marx (1890), definiria posições vantajosas de firmas sobre outras na concorrência capitalista, bem como a inserção diferenciada das economias nacionais na divisão internacional do trabalho. Dominar competências inovativas seria, ao lado da disponibilidade de capital, elemento essencial para a riqueza das nações. (LACERDA & FERNANDES, 2015, p. 330).

É fundamental compreender a forma de construção e difusão de uma agenda global que encampa conceitos e/ou paradigmas como os de sustentabilidade e da resiliência pelo mundo afora, assim como temas sobre cidades inteligentes e compactas, balizando ações de agentes públicos e privados. Sobre essa ampla participação podemos ver as análises dos resultados da última Conferência Habitat III (2016), que afirmam que esta foi a conferência mais democrática da série, que envolveu o maior número de atores (governamentais e não governamentais) em sua preparação e realização, e que contou com o maior número de eventos paralelos da história das Conferências.

Cabe destacar que a construção dessa agenda urbana global vem sendo realizada desde meados dos anos 70, e que, a cada 20 anos, é realizada uma nova conferência com o objetivo de pactuar uma agenda urbana a ser observada pelos países membro da ONU-Habitat. Segundo o site da instituição na conferência Habitat I, em 1976, em Vancouver, a população urbana mundial era de 37,9%, passando 20 anos depois para 45,1% da população mundial, na Habitat II, em Istambul. Na última conferência, em 2016, a população urbana mundial chegou a marca de 54,5% da população mundial. Observa-se que desde as primeiras conferências ocorridas em Vancouver (1976) e Istambul (1996), a ONU-Habitat delibera agendas verticalizadas para o desenvolvimento urbano dos países chamados emergentes. Para fins desse estudo e de seus objetivos é interessante apontar os principais resultados apontados pela ONU-Habitat dessas conferências, pois estes, ao nosso ver dizem muito sobre as políticas urbanas adotadas nos espaços urbanos e cidades pelo mundo afora nas últimas décadas.

A respeito da conferência Habitat I, os principais resultados apontados pela organização foram: Reconhecimento de que o abrigo e a urbanização são questões globais a serem abordadas coletivamente e a criação do Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UNCHS-Habitat); já na conferência Habitat II são destacados os seguintes resultados: o reconhecimento de que as cidades são os motores do crescimento global; de que a urbanização é uma oportunidade [de grandes negócios também]; o apelo para um papel mais forte das autoridades locais – onde temos a descentralização e fragmentação das políticas públicas como parte de uma política de reestruturação e reescalonamento da questão urbana (BRENNER, 2010; BRANDÃO; FERNÁNDEZ; RIBEIRO, 2018), e o reconhecimento do poder da participação, aqui leia-se a formação de um consenso legitimado pela maioria.

Assim, temos as ideias fora do lugar (MARICATO, 2009) penetrando nossas cidades, sobre isso Brandão, Fernández e Ribeiro apontam

[...] mais recentemente nos deparamos com mais uma daquelas cíclicas ondas de importação dos enfoques elaborados no centro, que vão sendo replicados em nossa muito específica situação subordinada no contexto mundial sem qualquer mediação teórica e histórica. (BRANDÃO; FERNÁNDEZ; RIBEIRO, 2018, p. 08).

Dentro das essências constitutivas da produção de uma, já citada, nova agenda urbana global temos o papel da formação do consenso sobre a questão urbana do século XXI e suas possíveis soluções via políticas ditas mais democráticas, inclusivas, justas, inteligentes e sustentáveis. Esse consenso é construído através de um diálogo fomentado pelas organizações multilaterais – OMLs com destaque para ONU - Habitat, Banco Mundial e BID, este último atuando principalmente na América Latina.

Podemos ver a construção desse discurso em alguns documentos dessas organizações multilaterais, como o estudo ligado ao “Programa de Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES)” publicado pelo BID (2016) intitulado “Caminho para as Smart Cities: da gestão tradicional para a cidade inteligente”, que trata sobre a emergência da importância das Cidades Inteligentes, onde o BID aponta que

As cidades da América Latina e do Caribe (ALC) são protagonistas de um dos processos mais significativos de crescimento demográfico já vividos no planeta, com grandes implicações para a sustentabilidade, a qualidade de vida e a competitividade da região. Enfrentar esses desafios pressupõe uma evolução no campo da governança e da tomada de decisões, bem como o uso cada vez mais eficiente dos recursos das nossas cidades, com vistas a uma gestão inteligente. Como resultado do seu uso cada vez mais amplo na ALC, a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tornou-se uma aliada crucial dessa gestão inteligente. [...] Essa visão é parte do modelo integral de desenvolvimento que promovemos na região a partir da Iniciativa Cidades Inteligentes e Sustentáveis (ICES)⁶. Na ICES, acreditamos que a implantação de uma Cidade Inteligente é uma tarefa complexa que requer grande liderança e visão, e traz múltiplos benefícios para os governantes e a população, estimulando a cooperação público-privada e promovendo a competitividade local. (BOUSKELA, 2016, p. 06, grifos do autor).

Podemos ver nesse fragmento as principais palavra-chave ou mantra do léxico da urbanização neoliberal, onde são recorrentes os termos: sustentabilidade, qualidade de vida, competitividade, governança, gestão eficiente⁷, cooperação público-privada. Mas a frente

⁶ Destaca-se que a cidade de João Pessoa é umas das cidades brasileiras que fazem parte da Iniciativa Cidades Inteligentes e Sustentáveis (ICES), e recentemente elaborou seu plano estratégico intitulado “Plano de Ação João Pessoa Sustentável” que é resultado da colaboração entre o BID e a Caixa Econômica Federal (CAIXA), entre outras organizações e *think tanks* nacionais.

⁷ Mazzucato alude para o fato de que “O número crescente de serviços públicos, em todo o mundo, que estão sendo ‘terceirizados’ pelo setor privado se deve precisamente a esse argumento da ‘eficiência’”. (MAZZUCATO, 2014, p. 42).

veremos a recorrência desses termos nos programas e projetos ligados ao planejamento estratégico da cidade de Campina Grande e das cidades de seu entorno.

Observa-se, também, a construção do consenso global presente de forma disfarçada no chamado “diálogo” cada vez mais despolitizado, dentro da visão de cidade ideal construída com significativa participação popular e engajamento cidadão encampada pela ONU-Habitat. Essa OML aponta inicialmente os problemas pelos quais passam as cidades mundiais, com destaque para as cidades de países em desenvolvimento, onde assinala que a urbanização planetária rápida e desordenada tem levado ao crescimento de favelas, expansão urbana desordenada, falta de habitação e infraestrutura, segregação social, e exclusão.

A partir da descrição desse quadro o documento temático específico sobre cidades inteligentes elaborado para a Conferência Habitat III (2015) elenca as vantagens das cidades inteligentes ou Smart cities afirmando

Cidade Inteligente: Existem muitas definições de "cidade inteligente", e abordagens "inteligentes" foram entendidas de formas diferentes por pessoas e setores diferentes. Algumas definições consideram que as cidades inteligentes são aquelas que possuem infraestrutura física, social, institucional e econômica “inteligentes”, garantindo simultaneamente centralidade dos cidadãos em um ambiente sustentável”; outras refere-se a características-chave definidas por fatores distintos (por exemplo, economia inteligente, mobilidade inteligente, pessoas inteligentes, ambiente inteligente, vida inteligente, governança inteligente); e focam no uso estratégico de novas tecnologias e abordagens inovadoras para melhorar a eficiência e competitividade das cidades. [...] "Uma cidade sustentável inteligente é uma cidade inovadora que utiliza as TIC e outros meios para melhorar a qualidade de vida, eficiência da operação e serviços urbanos, e competitividade, assegurando ao mesmo tempo atender às necessidades de gerações presentes e futuras no que diz respeito aos aspectos econômicos, sociais e ambientais." (ONU-HABITAT, 2015, p. 01).

Novamente podemos ver a construção de uma narrativa ligada a promoção de um pretensão desenvolvimento sustentável, o estímulo ao uso e difusão das TICs, algo que representa uma nova fronteira de mercado a ser difundido via a produção de uma necessidade vital de uso das mesmas, tanto para os cidadãos, como também para os gestores das cidades do século XXI. Aliado a essa premissa temos o uso recorrente da palavra “inteligente” que preconiza uma suposta maior racionalidade no trato com a questão urbana em todas as suas facetas e nuances. Atrela-se assim o uso das novas tecnologias a uma maior eficiência e competitividade das cidades. Sobre a ligação desses fatores e inovações urbanas para a solução de todos os males das cidades mundiais o mesmo documento aponta

Tendências da urbanização geram a necessidade de elaboração de abordagens estratégicas e inovadoras para o design, planejamento, gerenciamento e governança urbanos. As tendências em TIC exercem papel

significativo na urbanização do século XXI dado que cada vez a tecnologia apoia funções de negócios, logística e redes das cidades, transporte, provisão de serviços básicos, sistemas de gerenciamento ambiental, operações governamentais, indústrias dependentes de dados como finanças, e interações entre pessoas. (ONU-HABITAT, 2015, p. 02).

Ver-se novamente a recorrência de uma linguagem do mundo dos negócios urbanos, com destaque para o uso dessa tecnologia não para a redução dos males da desigualdade crescente criada inclusive pela mesma com a profusão do desemprego estrutural, mas nada disso é apontado, e sim seu uso no apoio a função de negócios, logística etc. além do seu uso na indústria dependente de dados como as finanças.

Ainda sobre a conceituação das cidades inteligentes, o *Observatorio de la Energía*, ligado a *Agencia de Energía* de Barcelona, órgão responsável pelo planejamento desse setor, elaborou um mapeamento das iniciativas mundiais ligadas a promoção e construção de cidades inteligentes. O documento nomeado de “Mapa Tecnológico ‘Ciudades Inteligentes’” traz alguns dos principais conceitos e experiências mundiais desse fenômeno. Onde destaca a iniciativa europeia “*Smart City*”. Sobre a definição da mesma o documento afirma

El término “*Smart City*” es un concepto utilizado en investigaciones científicas y en marketing empresarial, siendo empleado frecuentemente tanto por organismos públicos como privados; sin embargo, todavía no se ha establecido una definición clara para este concepto (Caragliu, 2009). Hay tres características principales que parecen ser comunes al uso de esta expresión: i) no dañar el medio ambiente; ii) utilización de las tecnologías de la información y las comunicaciones (TIC) como herramientas para la gestión (inteligente); iii) su fin último debe ser el desarrollo sostenible. (OBSERVATORIO DE LA ENERGÍA, 2012, p. 06).

Mais uma vez testemunha-se a questão da produção de um consenso sobre o termo cidades inteligentes, onde o documento já aponta o uso feito pelo marketing empresarial do conceito, e sua mobilidade entre órgãos públicos e o mundo privado. Aponta também certa nebulosidade sobre o conceito, e encampa a defesa do uso de tecnologias da informação e comunicação, algo recorrente nesses documentos. Aponta-se que as principais áreas de ação são: mobilidade inteligente, logística e tecnologia; desenvolvimento de recursos humanos e capital social (pessoas inteligentes); economia inteligente para a competitividade; urbanismo e sustentabilidade da habitação; energias renováveis e sustentáveis, além da propalada democracia eletrônica ou governo *Smart*. (Figura 01).

Figura 01 – Características Principais das Cidades Inteligentes

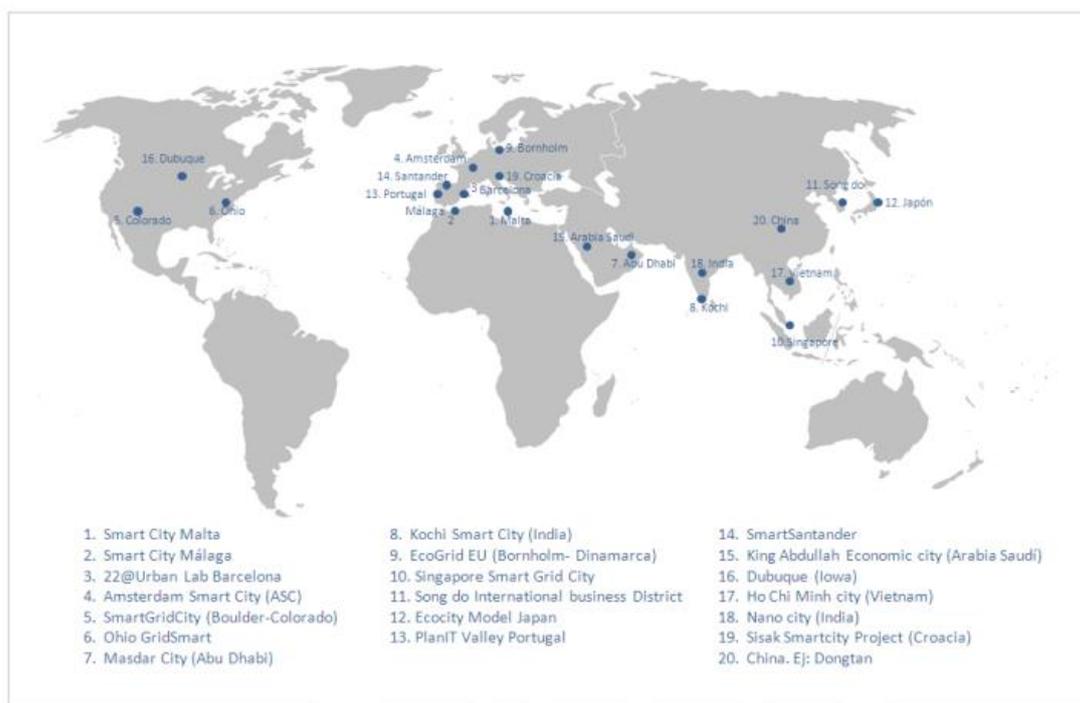


Fonte: Revisión de literatura sobre ciudades inteligentes: una perspectiva centrada en las TIC (GÓNGORA, 2015).

O “Mapa Tecnológico ‘Cidades Inteligentes’” elenca uma série de projetos ligados ao conceito de Smart Cities, apontando os que considera projetos singulares nessa área, no mesmo nenhuma iniciativa no Brasil aparece (Figura 02). Nele destacamos três projetos, pelo escopo do trabalho, ligados a algumas características de nosso objeto de estudo, que apontam a diversidade de territórios pelo mundo que empreendem esforços na tentativa de se tornarem cidades inteligentes. Iniciamos pelo *Proyecto Smart City Malta*, que é um projeto de *Smart city* (Malta), que se baseia na proposta de desenvolvimento da área do país que, atualmente, é conhecida como *Ricasoli Industrial Estate*, e sua área adjacente. O projeto inclui em seu desenvolvimento área de escritórios, área residencial e de lazer, hotéis e outras instalações e infraestruturas, o mesmo também objetiva fornecer às empresas instalações, facilitando o investimento em empresas locais, assim como a criação de um centro “*hub*” (porto) para as indústrias de mídia e alta tecnologia (OBSERVATORIO DE LA ENERGÍA, 2012).

Destaca-se também o *Proyecto 22@Urban Lab* que tem como objetivo consolidar o papel de Barcelona como uma cidade inovadora. Esse funciona através do uso da cidade como laboratório urbano, com o projeto 22 @ Urban Lab foi criado um espaço de teste para soluções inovadoras para empresas que desejam implementar testes em qualquer campo: urbanismo, educação, mobilidade, etc. Outro projeto, dessa vez, localizado na Índia, um dos países que compõe os BRICS, chama-se *Proyecto Kochi Smart City*, o projeto objetivava ocupar uma área de 818.000 m², nesse espaço espera-se que Kochi se torne “porto” preferido de empresas e novos desenvolvimentos relacionados às TICs, espera-se com essa iniciativa que Kochi se torne um dos maiores parques tecnológicos do país (OBSERVATORIO DE LA ENERGÍA, 2012).

Figura 02 - Representação global de las localizaciones de algunos de los proyectos de smartcities más representativos



Fonte: OBSERVATORIO DE LA ENERGÍA, 2012.

Atualmente, tem-se uma profusão de iniciativas ligadas a esse novo paradigma na produção e gestão de cidades, segundo documento já citado do BID, as cidades inteligentes não representam uma solução única para todas as cidades, pois as cidades são únicas em suas características culturais, econômicas, políticas, territoriais e ambientais (BOUSKELA, 2016). Mas, ao mesmo tempo, é imenso o processo de difusão desse conceito, isso se dá em grande parte pela emergência de certa compressão do espaço-tempo advinda do fenômeno da globalização econômica ou mundialização do mercado global, assim o cenário tem sido fértil de exemplos e experiências das chamadas *boas práticas*, como também de ferramentas e de fontes de recursos financeiros ligados ao acúmulo de capitais ociosos na órbita do chamado capital fictício, somado ao acúmulo de informações difundidas mundialmente utilizadas por gestores municipais e coalizões locais pró-desenvolvimentistas que buscam ideias e tentam criar seu “próprio” projeto de *smart citie*.

Chama-se a atenção para o fato de que de acordo com Stiglitz et al. (2017) no início da década de 1970, uma onda deliberada de mudanças ideológicas, institucionais e legais começou a reconfigurar o mercado. “Na vanguarda desta onda estava a desregulação, que, de acordo com os seus defensores, aliviaria os constrangimentos sobre a economia, libertando-a para prosperar. [...] O argumento era o de que, com o Estado fora do caminho, a criatividade do mercado – e o engenho do sector financeiro – revitalizaria a sociedade. (STIGLITZ et al, 2017, 47). Para Diniz & Crocco (2006) esse processo continua nos anos 80 e 90 somado a um movimento de abertura comercial e financeira sem precedentes na história que acelera a reestruturação econômica e a internacionalização da produção. Para esses autores essas transformações tiveram reflexo no espaço geográfico, e foram responsáveis pela perda de

dinamismo de regiões afetadas por processos de desindustrialização e reestruturação produtiva, fato que gerou o surgimento de novas regiões de crescimento acelerado como o Vale do Silício⁸ e os chamados novos distritos industriais da Terceira Itália. Sobre as consequências desse processo os autores afirmam que todo esse processo repercutiu em duas alterações principais que foram:

A incorporação de aspectos institucionais (formais e informais, tais como conhecimento, rotinas, capital social, e cultura, entre outros) no entendimento da dinâmica regional e valorização da capacitação local para o combate às desigualdades regionais. Politicamente, a grande alteração é a ênfase na competitividade, mensurada na inserção internacional, como elemento central do desenvolvimento. Isto implica em um enfoque da inovação, nas economias de conhecimento e nos mecanismos facilitadores desses processos: redes, cooperação; contatos face a face; regiões que aprendem; Sistemas Regionais de Inovação, entre outros. [...] No cerne destas novas políticas de desenvolvimento regional endógeno esta o objetivo de ‘promover o desenvolvimento das capacitações da região de forma a prepara-la para enfrentar a competição internacional e criar novas tecnologias através da mobilização ou desenvolvimento de seus recursos específicos e suas habilidades próprias (Mallat, 1998). (DINIZ & CROCCO, 2006, p. 14).

Um fator muitas vezes esquecido são as condições limitantes de países do fordismo periférico (LIPIETZ, 1988) para o fomento de tais empreitadas, este ligado a dependência de trajetória que balizam ações do presente na tentativa de alavancar um projeto de desenvolvimento autônomo nas mais variadas escalas. Sobre isso em artigo intitulado “A fragilidade das empresas de base tecnológica em economias periféricas: uma interpretação baseada na experiência brasileira” os autores Pinho, Cortes e Fernandes (2002) analisam tais fragilidades estruturais. Dentre esse fatores limitantes os autores destacam “[...] a escassa disponibilidade de capital, a deficiência das estruturas empresariais — sem um desenvolvimento apropriado das funções administrativa e comercial — e o suporte insuficiente de um sistema de inovação são algumas das barreiras a um maior desenvolvimento das EBTs no Brasil”. (PINHO; CORTES, FERNANDES, 2002, p. 157). Os autores destacam a relação entre as dificuldades para o crescimento dessas firmas ligadas ao próprio posicionamento de mercado possível numa economia periférica com grau elevado de abertura às importações e forte concorrência de investimento de empresas transnacionais.

No próximo tópico apresenta-se o nosso objeto de estudo, onde tentar-se-á mostrar a sua trajetória de construção. Para tanto revelando seus objetivos e modelos inspiradores, assim como o discurso implícito em sua elaboração e construção.

⁸ Sobre a ideologia neoliberal do Estado mínimo e seu papel da produção da inovação. Mariana Mazzucato (2014) em seu livro “O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado” aponta como a grande mídia, os empresários e políticos libertários liberais aproveitam o contraste conveniente e a dualidade ligada a autonomia relativa do Estado para dar munção para a dicotomia entre um setor privado dinâmico, inovador, competitivo e “revolucionário” e um setor público preguiçoso, burocrático, inerte e “intrómetido”. Mas os mesmos não mostram que iniciativas como as da produção e desenvolvimento do Vale do Silício não sairiam das garagens de seus inventores se não fosse a forte ajuda do Estado via financiamento público.

O COMPLEXO ALUÍZIO CAMPOS E A BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE INTELIGENTE, OU AS IDEIAS FORA DO LUGAR?

Fernandes (2011) aponta para uma conformação de um eventual sistemas regional de inovação (SRI) em Campina Grande, esse apresenta condições limitadas para o desenvolvimento de inovações, visto suas limitações relacionadas a uma certa *parth dependency* que limitam a mesma a ser caracterizada como um centro de grande dinamismo tecnológico, por sua insipiente rede de cooperação para inovação, fato que refletiria características de sua formação socioespacial. Fernandes (2011) aponta que Campina Grande e Recife apresentam-se como sistemas regionais de inovação em condições de desenvolvimento retardatário, destacando o de Campina pelo fato de esse localizar-se em uma cidade de porte médio, e que não é capital estadual, o que a destacava entre os estados nordestinos.

Para a conformação desse sistema regional de inovação alguns eventos históricos foram importantes, como a instalação em 1967, em Campina Grande, do primeiro computador do Norte e Nordeste do Brasil. Nos anos 70 e 80 houve um forte expansão das atividades da UFPB em Campina Grande, levando a emergência da cidade como um polo universitário relevante no interior do país. Ainda na década de 80 deu-se a fundação do Parque Tecnológico da Paraíba. Enquanto que em 1988 tivemos a criação do Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (ITCG) pela Fapesq.

Hoje, podemos destacar como as principais instituições que compõem a base de C&T da cidade de Campina Grande ligadas a economia da inovação, mais precisamente ao setor de software: a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com destaque para o Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) que inclui o Departamento de Sistemas e Computação (DSC) e o Departamento de Engenharia Elétrica (DEE), ambos são credenciados pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação (CATI) para desenvolver projetos, e possuem apoio da Lei de Informática. (FERNANDES, 2011).

Com base nesse pequeno histórico, que aponta para uma possível vocação dessa cidade para a economia criativa e os negócios ligados as TICs, tem-se o anúncio da ideia de consecução de um novo marco para o planejamento estratégico via a construção do Complexo Aluízio Campos. Esse foi apresentado através de um material intitulado “Campina Grande 2035” publicado em 2016 pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, esse documento foi construído através da parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB) e a consultoria da MACROPLAN (empresa com sedes em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília que oferece consultoria em gestão pública). Assim, tem-se o lançamento oficial do Plano Estratégico de Desenvolvimento para Campina Grande 2035 e seus municípios do entorno, que possui como projeto âncora o Complexo Aluízio Campos. Antes de enveredarmos na sua análise faremos uma pequena digressão sobre as origens de tais ideias materializadas nesse projeto e suas inspirações mais próximas, como também as longínquas.

Atualmente, existe a construção de um discurso hegemônico, que vem sendo fomentada por organismos multilaterais como o BIRD, BID E a ONU-Habitat, sobre as ações ligadas a construção de infraestruturas resilientes, promoção de uma industrialização do tipo inclusiva e sustentável e o fomento à inovação, somado a ações no tocante a construção de cidades inclusivas, seguras, resilientes, sustentáveis e inteligentes. Esses temas se apresentam de forma mais evidente em dois dos dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável elencados pela ONU (Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis). (FIGURA 03).

Figura 03 – Objetivos 09 e 11 do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Organização das Nações Unidas – ONU (2018)

Cabe apontar que, atualmente, os governos e suas diversas escalas, com destaque para o Estado-Nação, vêm buscando alcançar um crescimento inteligente impulsionado pela inovação, com a esperança de que este seja mais inclusivo e sustentável do que os projetos de desenvolvimento do passado. Na escala local o Estado vem procurando criar todo um clima favorável para a atividade usando de suas vantagens comparativas, ou para Harvey rendas de monopólio. Harvey sobre isso destaca.

(...) Como bem se sabe hoje, é provável que um clima de negócios atraente constitua um pólo de atração de fluxos de capital, razão pela qual os Estados se desdobram para aumentar seus próprios poderes mediante a criação de paraísos para o investimento de capital. Assim agindo, usam, como sempre, os poderes de monopólio inerentes ao espaço para tentar oferecer privilégios monopolistas a quem quer que possa deles tirar proveito (HARVEY, 2003, p. 92).

No Brasil, observa-se o papel da reorientação das posturas dos governos municipais que com a erosão de sua base econômica e fiscal advinda da perda de participação na verba

federal pós Constituição de 1988, e aumento do grau de competências e atribuições do poder municipal passam a ter que desempenhar um papel efetivo de apoio na criação de novos empreendimentos para sua sustentabilidade econômica. Dessa forma, para a legitimação do discurso da crise fiscal do Estado e para a criação de certo consenso sobre o novo protagonismo da escala local ligado a uma reescalonamento da ação estatal, tem-se a emergência de um novo paradigma para a gestão de cidades que é o do empreendedorismo urbano. Compans descreve o mesmo da seguinte maneira

Esse padrão de comportamento diz respeito à assunção de um papel dirigente do governo local (ou supralocal) na promoção do desenvolvimento econômico – seja na inversão direta de recursos na modernização da infraestrutura urbana, seja na elisão de constrangimentos de natureza legal ou burocrática à valorização dos capitais privados -, a participação crescente do setor privado na gestão dos serviços e equipamentos públicos, à busca de construção do consenso social em torno de prioridades “estratégicas” de investimentos e à introdução de uma racionalidade empresarial na administração dos negócios públicos (COMPANS, 2005, p.20).

Sobre o papel da inovação nesse contexto descrito, Bob Jessop (2002) aponta uma nova abordagem teórica sobre a regulação do Estado e da economia apresentando algumas mudanças que afetaram a acumulação de capital e sua regulação na América do Norte, Europa e Australásia na atualidade. Acreditamos que algumas dessas tendências já podem ser encontradas em algumas espacialidades, espaços estatais e políticas públicas do Estado brasileiro ou nos países do fordismo periférico (LIPIETZ, 1988), em diferentes escalas. O autor chama essa nova faceta do atual regime de acumulação capitalista de Regime Pós-Nacional de Trabalho Schumpeteriano (SWPR) (JESSOP, 2002). Sobre as mudanças envolvidas na ascensão desse regime o autor comenta

Este regime tem quatro características principais que o distinguem em termos típicos ideais do Estado Nacional de Bem-Estar Keynesiano (ou KWNS). Primeiro, busca promover a competitividade internacional e a inovação socio-técnica por meio de políticas do lado da oferta em economias relativamente abertas. Assim, com o destronamento simbólico de Keynes, o economista emblemático de hoje é Schumpeter, o teórico da inovação, empreendimento, longas ondas de mudança tecnológica e destruição criativa [...]. A ênfase da política econômica recai agora sobre a inovação e a competitividade, e não no pleno emprego e planejamento. [...] (JESSOP, 2002, s/p, tradução do autor).

Dentro da mudança de paradigma apontada por Jessop (2002) destaca-se a busca atual de algumas cidades pelo mundo afora de se tornarem competitivas internacionalmente via políticas de inovação socio-técnica, que por sua vez estão ligadas a promoção de discursos hegemônicos sobre o papel redentor de uma industrialização do tipo inclusiva e sustentável e o fomento à inovação. O autor também aponta a grande ênfase dada a políticas econômicas que propugnam e defendem a inovação e a competitividade, e detrimento do pleno emprego e planejamento inclusivo.

Na apresentação dos objetivos do projeto Campina Grande 2035 apresenta-se a visão almejada, segundo seus promotores, para o futuro da cidade e das cidades de seu entorno. Dentre desses objetivos podemos encontrar o ligado a prosperidade, que afirma que esse planejamento estratégico busca fomentar uma região competitiva, qualificada, geradora de oportunidades, empreendedora de negócios e caracterizada pela forte potencialização dos ativos existentes em cada uma de suas cidades, na agricultura, nas novas fronteiras do desenvolvimento industrial, nos serviços avançados, na economia criativa e no turismo cultural e de negócios (CAMPINA GRANDE 2035, 2016). Tudo isso bem próximo ao já apontado aqui desejo de criação de algo próximo a uma coerência regional estruturada, que pode advir da criação de um sistema regional de inovação. (HARVEY, 2005)⁹.

O projeto também destaca entre suas metas a busca da consolidação até 2035 de uma cidade dinâmica, competente e inovadora. Onde aponta alguns números almejados como: torna-se uma das 20 cidades mais empreendedoras do Brasil; dobrar o tamanho de sua população universitária; dobrar o total de procedimentos de média e alta complexidade em saúde; reduzir seu déficit habitacional relativo para 7,5% e tornar-se uma das 50 cidades mais 'inteligentes' do Brasil (CAMPINA GRANDE 2035, 2016).

Sobre alguns desses objetivos cabe aqui apontar a possibilidades ligadas ao setor da inovação para a economia dos lugares. Nesse ponto cabe citar Freeman (1984) descrevendo a importância das inovações

Na teoria de Schumpeter, a capacidade e a iniciativa dos empresários, apoiados nas descobertas de cientistas e inventores, criam oportunidades totalmente novas para investimentos, crescimento e emprego. Os lucros que se originam dessas inovações constituem, pois, um impulso decisivo para novas ondas de crescimento (FREEMAN, 1984, p. 06).

Aponta-se assim o papel da inovação e seus reflexos na produção do espaço, no sentido de entender o discurso ligado a desenvolvimento econômico e urbano-regional via a assunção de sistemas regionais de inovação¹⁰. Também existem leituras mais críticas sobre o mesmo como a dos Sistemas Territoriais de Inovação (FERNANDES, 2011; 2015). Sobre as possibilidades de análise do fenômeno da inovação observa-se os apontamentos de Ibanez

⁹ Harvey explica mais detidamente como funciona a construção de coerências regionais estruturadas no seguinte fragmento: "A coerência estruturada de modo geral vai bem além das puras trocas econômicas, por mais fundamentais que elas sejam, pois tipicamente abrange atitudes, valores culturais, crenças e mesmo afiliações religiosas e políticas entre os capitalistas e aqueles que são por eles empregados. [...] Pode-se formar alianças entre classes dominantes e a classe hegemônica no âmbito da região, conferindo à atividade política, assim como à econômica, um caráter peculiar. [...] Padrões de comércio e competição, bem como a especialização e a concentração em indústrias-chave ou com combinações tecnológicas, ou então em relações e capacidades de trabalho particulares, interligam economias regionais, de maneira frouxa, na forma de algum todo padronizado de desenvolvimento geográfico desigual. (HARVEY, 2005, p. 89).

¹⁰ No início da década de 1980, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) formou um *grupo ad hoc* de assessoramento em C&T, composto por: François Chesnay, Christopher Freeman, Keith Pavitt e Richard Nelson, entre outros. A partir daí os estudos da OCDE passaram a ser as principais referências na definição de uma nova teoria e de uma nova política da inovação.

(2014) quando destaca sua análise para além das firmas entrando num caráter mais sistêmico do mesmo. Sobre essa alteração nas perspectivas de análise o mesmo aponta

Classicamente, os estudos que tiveram a primazia nesse campo, conservaram um foco mais apurado na questão empresarial e no modo pelo qual empresários e firmas realizavam suas estratégias inovativas. Com o passar dos anos, sobretudo no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, os enfoques se voltaram à percepção de um caráter sistêmico da inovação, entendendo-a de maneira mais ampla, a partir das interações que se conformavam para além das firmas, incluindo nesse rol: políticas públicas, linhas de financiamento, instituições de pesquisa e pesquisadores, laboratórios de empresas, agências de fomento, dentre outros elementos. (IBANEZ, 2014, p. 122).

A essa leitura de Ibanez sobre o caráter mais sistêmico das estratégias de inovação acrescentamos a visão de Erik Swyngedouw¹¹ ao descrever a sua a noção de “*glocalização*”, onde assevera sobre a necessidade de se entender a nova configuração escalar contemporânea desde uma dupla e complementar perspectiva: como ordem regulatória e como redes. Onde a primeira se refere aos arranjos geográfico-institucionais coagulados e cristalizados sob formas específicas de governo (nacional, regional, local), algo próximo da leitura já apresentada aqui sobre a formação de uma coerência regional estruturada ou de sistemas regionais ou nacionais de inovação (HARVEY, 2005; FERNANDES, 2011), e a segunda contempla os arranjos constituídos por meio de fluxos e redes que interconectam atividades econômicas e agentes. Bem próximo aos objetivos do Complexo Aluizio Campos quando afirma buscar ser um sistema sinérgico, sustentável e integrado (CAMPINA GRANDE 2035, 2016).

Swyngedouw (2018) aponta para a formação de um novo arranjo pós-fordista instável, ligado ao processo incansável de desterritorialização/reterritorialização do capital, que conduz à mudanças nas formas de regulação, nas relações e na hierarquização das escalas. Sobre essa conjuntura e sua ligação com o tema dos novos espaços e/ou territórios da inovação o autor assevera

[...] Nos últimos anos, a organização em rede da economia tornou-se simultaneamente mais localizada ou regionalizada, por um lado, e por outro, mais transnacionalizada. Uma variedade de autores, entre eles Krugman (1995), Ohmae e Scott (2000) apontam que o crescimento econômico é baseado em aglomerações de empresas locais e/ou regionalmente conectadas que estão globalizadamente organizadas e ativas. Se considerarmos o exemplo arquetípico do Vale do silício, o cluster geográfico de empresas na “Terceira Itália” ou a concentração de serviços financeiros em Manhattan ou na cidade de Londres, cada um ilustra esse processo de intensa concentração territorial combinada com um alcance e uma

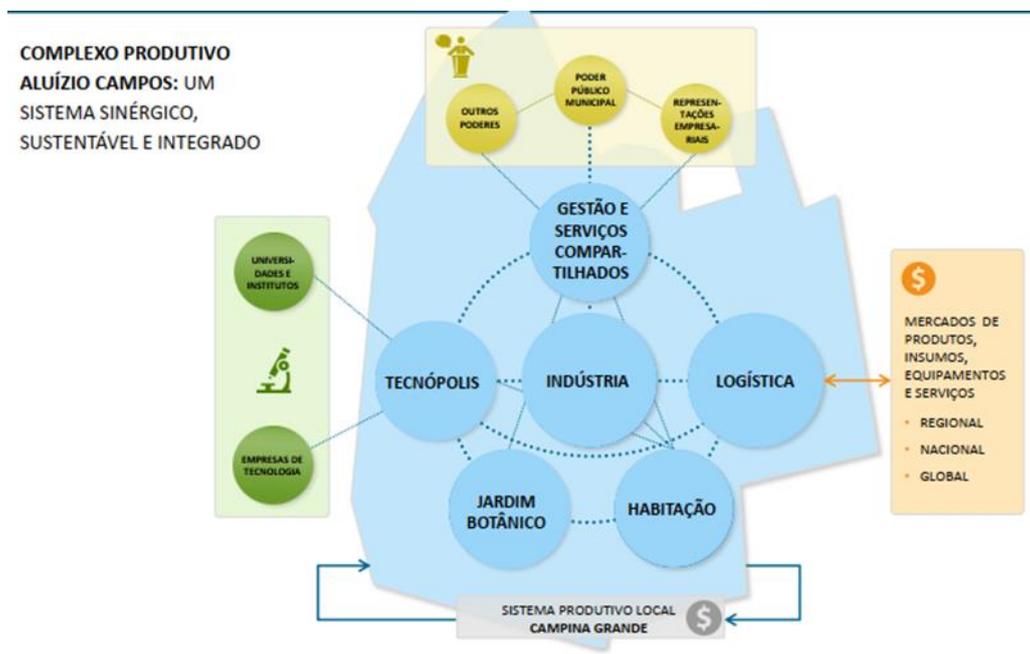
¹¹ Swyngedouw, E. Globalização ou glocalização? Redes, territórios e reescalamento. In: BRANDÃO, Carlos Antônio; FERNÁNDEZ Víctor Ramiro; RIBEIRO Luiz Cesar de Queiroz (Orgs). Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

perspectiva global. Em outras palavras, houve uma transformação escalar das redes de organização econômica.

Dentro desse contexto podemos procurar compreender a criação do Plano Estratégico de Desenvolvimento para Campina Grande 2035 e municípios de seu entorno, destacando alguns de seus principais projetos e estratégias ligados a promoção de um sistema regional de inovação e de uma cidade ligada a economia criativa ou inteligente, como podemos ver nas seguintes propostas: Aluízio Campos [polos industrial e logístico]; Incubadoras e aceleradoras de empresas e negócios; Rede campinense de inovação; Expansão das redes e serviços de saúde pública e privada; Dinamização e qualificação do polo universitário de Bodocongó; “Campina smart city”; Expansão do ensino técnico e tecnológico. O projeto estratégico Campina Grande 2035 prevê também forte articulação entre os setores público e privado empresarial e/ou instituições civis, com uso de parcerias público-privadas - PPP’s para a realização de seus principais subprojetos.

Cabe agora enfocar o projeto mais representativo da busca de Campina Grande em se inserir na rede de cidades inteligentes e inovadoras globais o Complexo Logístico Industrial Aluízio Campos, que é apresentado como um sistema sinérgico, sustentável e integrado (Figura 04). Este projeto representa o que se considera, nesse estudo, um grande projeto de desenvolvimento urbano – GPDU, sendo um projeto de larga escala e de longa maturação e, caso seja conduzido, como planejado, de acordo com as melhores práticas na área, tem o potencial, segundo seus idealizadores, de configurar-se como o principal polo estratégico de negócios e dinamismo para a cidade.

Figura 04 – Sistema Integrado do Complexo Produtivo Aluízio Campos

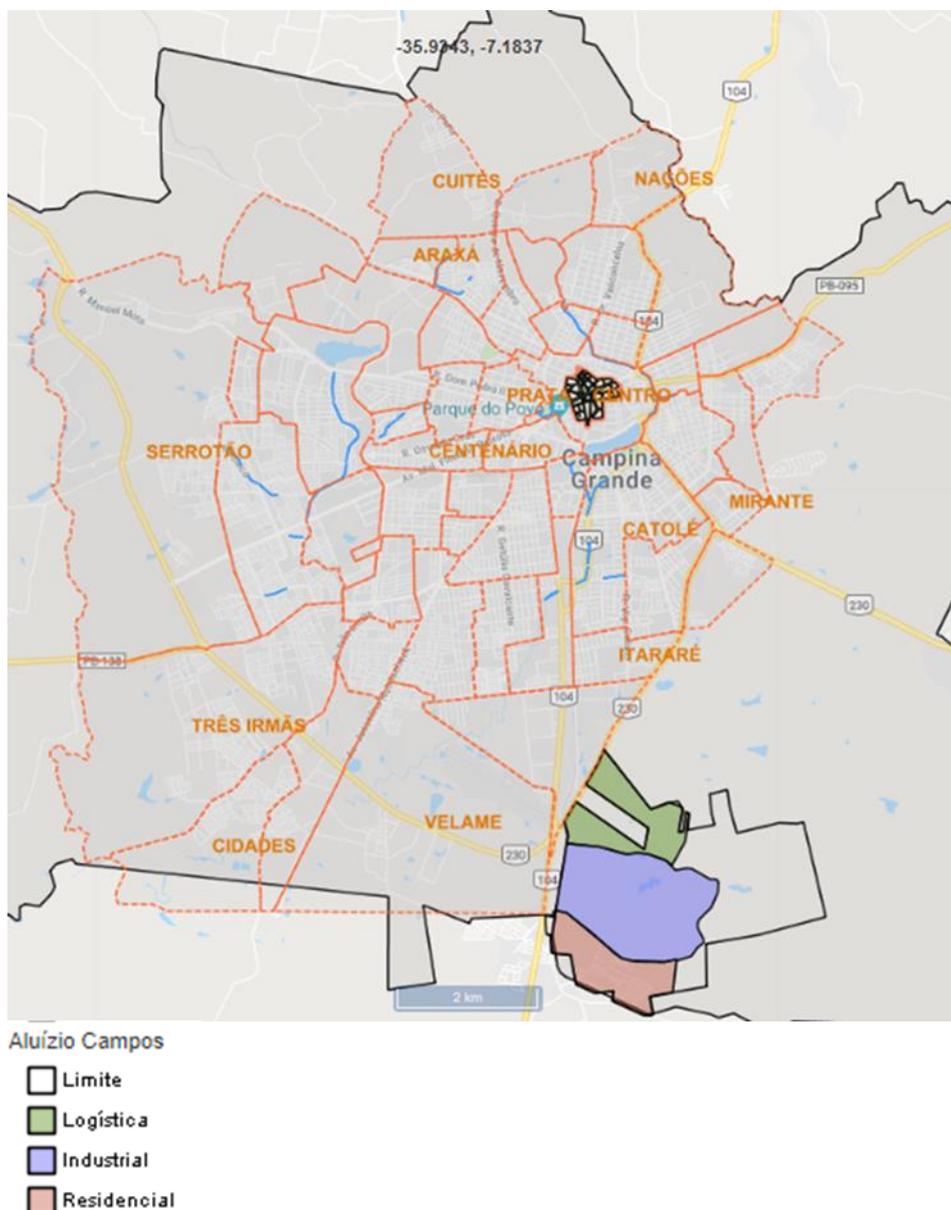


Fonte: PLATAFORMA ALUÍZIO CAMPOS, 2016.

O Complexo Aluizio Campos será composto por: um complexo industrial; um complexo logístico (armazenamento, transportes, comércio atacadista e distribuição); instituições de P&D e empresas de base tecnológica e serviços avançados; um grande conjunto habitacional (em construção) e um jardim botânico (em planejamento) (Figura 05). (CAMPINA GRANDE 2035, 2016). Todos esses projetos ligados a busca de certa sinergia e integração em prol do desenvolvimento e construção de um sistema regional de inovação e produção de um capital social local. Acontece que como já afirmamos os efeitos da dependência de trajetória aliados a instabilidades do sistema capitalista com suas crises cada vez mais periódicas e corriqueiras tendem a dificultar a realização de tais empreitadas estratégicas via replicação de “*boas práticas*” que viajam pelo mundo em busca de um novo lugar (porto) para sua realização. Sobre essas possibilidades e limites Diniz & Crocco afirmam

No entanto, a proximidade geográfica por si só não é suficiente para assegurar o sucesso das experiências de geração de conhecimento. Além da importância da lógica cognitiva, as regiões possuem história, que tem seus pesos positivos ou negativos. Muitas vezes, os atores locais não agem no sentido de se criarem interação e sinergia. Assim, as experiências de sucesso e fracasso não podem ser generalizadas, uma vez que cada experiência é única e não reproduzível, uma vez que cada território é diferente do outro pelo seu conteúdo imaterial. Por outro lado, não se pode esperar que todas as regiões e localidades gerem conhecimentos de fronteira e se insiram na produção de bens de última geração tecnológica. (DINIZ & CROCCO, 2006, p. 91).

Figura 05 – Croqui da Localização e Composição do Complexo Aluízio Campos



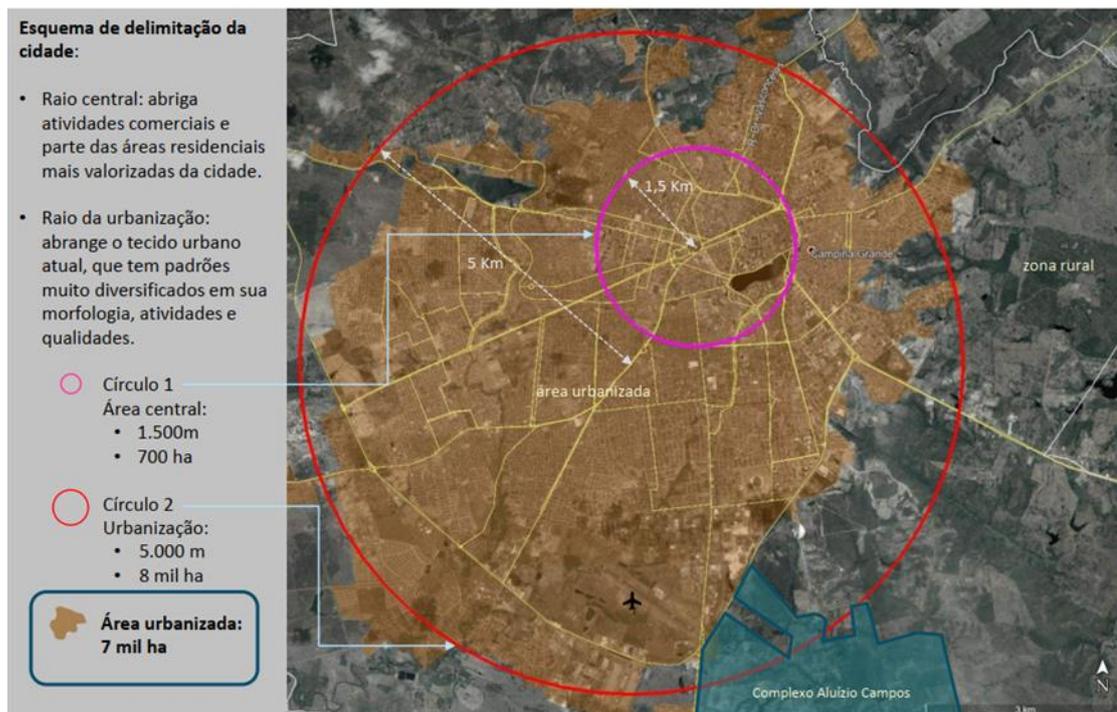
Fonte: Observa Campina (2018).

Acrescenta-se que tais objetivos se relacionam com o planejamento urbano moderno que, nas últimas décadas, passa a ser estratégico, empresarial, flexível, com intervenções urbanísticas pontuais, limitadas no tempo e no espaço (GPDUs), e orientadas pelo e para o mercado. Têm-se também a gestão da cidade como um negócio ou uma empresa, e uma coalizão dos interesses públicos com os privados (MOLOCHT, 1976), refletindo-se na maioria dos GPDUs na forma de instrumentos como parcerias público-privadas - PPPs, Operações Urbanas Consorciadas etc. (MASCARENHAS, BIENENSTEIN & SÁNCHEZ, 2011).

Somamos a isso temos a análise de Brenner (2014) que afirma que dentro da nova era da urbanização planetária podemos encontrar governos nacionais, estaduais e municipais procurando impulsionar iniciativas políticas espacialmente seletivas para criar novas matrizes

vinculadas a inversão de capitais nacionais e transnacionais e o desenvolvimento urbano em vastas zonas de seus territórios (Brenner 2004; Correa 2011). Para o autor essa “paisagem estendida de urbanização é agora um campo de força constituído por estratégias estatais regulatórias entrecruzadas, que têm sido desenhadas para territorializar, em longo prazo, investimentos de larga-escala no ambiente construído” (BRENEER, 2014, p. 08). (Figura 06).

Figura 06 – CROQUI – Paisagem Estendida da Urbanização de Campina Grande ligada ao Complexo Aluizio Campos



Fonte: Plano de Desenvolvimento Estratégico Campina Grande.

Dentre essas perspectivas de múltiplas escalas e novas morfologias urbanas, destaca-se neste estudo a ampliação das escalas em que se realizam a vida econômica e o processo de concentração do capital, com toda a sorte de interações espaciais. Mantêm-se a centralidade das metrópoles na economia globalizada, e cresce o papel das cidades médias/intermediárias. Sobre isso Moura (2016) escreve

As cidades médias/intermediarias desempenham importante papel nesse processo, pois realizam a intermediação no âmbito dessas redes urbanas. A ênfase de atuação desta categoria de cidade decorre do papel de intermediação, e sua funcionalidade urbana explica seu dinamismo e a determinante de sua escala territorial, sua hierarquia na rede urbana, como afirma Gorenstein et al. (2010). (MOURA, 2016).

Voltando ao projeto Campina 2035, o mesmo utiliza uma metodologia empresarial chamada de “*benchmarking*” que procura comparar cidades (Caruaru e Juiz de Fora), no sentido de realizar uma avaliação comparativa de Campina Grande com essas

idades, que segundo relatório, possuem formação econômica e posição geográfica semelhantes, e que seguiram as chamadas *boas práticas* para superação de seus desafios e maximização de potencialidades similares àquelas identificadas na cidade de Campina Grande. (CAMPINA GRANDE 2035, 2016).

No tocante ao “*benchmarking*” específico para o sub-projeto Complexo/Plataforma Aluízio Campos esse se baseia em lições aprendidas mediante experiências em outras localidades: PARQTEL de Recife; SUAPE; CONE SUAPE; Aerotrópole de Belo Horizonte; Plataforma Logística Multimodal em Goiás. Sobre essas ideias fora do lugar penetrando nossas cidades Brandão, Fernández e Ribeiro apontam

[...] mais recentemente nos deparamos com mais uma daquelas cíclicas ondas de importação dos enfoques elaborados no centro, que vão sendo replicados em nossa muito específica situação subordinada no contexto mundial sem qualquer mediação teórica e histórica. (BRANDÃO; FERNÁNDEZ; RIBEIRO, 2018, p. 08).

Cabe aqui fazermos uma pequena apresentação de algumas dessas iniciativas para demonstrarmos como as mesmas estão ligadas as características já apresentadas do Complexo Aluízio Campos. Iniciamos com algumas características apresentadas pelo projeto de um das principais referência para o mesmo, que é o Porto Digital de Recife – PE¹². Segundo o documento que formaliza a entrega do produto “Construção da visão de futuro Complexo Aluízio Campos”, pelas instituições Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e a Macroplan, o Porto Digital foi implantado com a missão de alavancar a economia de Recife através da tecnologia da informação, logo tornou-se um modelo de gestão inovador que é administrado por um núcleo de gestão compartilhada, formado por uma parceria entre universidade, iniciativa privada e o setor público. O documento aponta que desde 2000, o Porto Digital atraiu mais de 250 empresas nos setores de tecnologia da informação e comunicação e de economia criativa, criando cerca de 7 mil empregos, e seu faturamento anual atingiu R\$ 1 bi. Recentemente em 2015 conquistou o título de melhor parque tecnológico¹³ do país. (PLATAFORMA ALUÍZIO CAMPOS, 2016).

Segundo Lacerda e Fernandes (2015) a iniciativa de criação do Porto Digital apresentou apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), por meio do primeiro edital de parques tecnológicos (Edital Finep 04/2002, Chamada Parques Tecnológicos, cujos projetos aprovados incluíram os parques de Belo Horizonte, Campinas e Florianópolis, além do de Recife). Ainda sobre a estrutura do empreendimento as autoras apontam

O parque tecnológico compreende atualmente 255 “empresas embarcadas”, além de um conjunto de instituições dos setores de TIC e da chamada Economia Criativa. Embarcadas são chamadas as empresas que,

¹² Mais informações ver www.portodigital.org

¹³ Para Lacerda e Fernandes (2015, p. 331) “Os parques são compreendidos, assim, como equipamentos que favorecem a interação social necessária para o desenvolvimento de novas tecnologias a partir da reunião de competências em áreas de conhecimento complementares em situação de proximidade geográfica, em que pese o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)”.

por se localizarem na ilha, gozam de incentivo fiscal municipal específico, a redução de 5% para 2% do ISS, sendo esse um fator não desprezível para a atratividade locacional do Bairro do Recife. [...] Os 255 empreendimentos ocupam uma área de 50.000m². A meta é chegar a 150.000m². Desses, aproximadamente, 20.000 m² estão a caminho, oferecendo 10 novos espaços e significando um investimento da ordem de 73 milhões de reais, incluindo apoio à implantação de iniciativas da Economia Criativa. (LACERDA & FERNANDES, 2015).

Tem-se, assim, que o Porto Digital resulta de uma coalizção envolvendo as esferas pública, privada e acadêmica, bem típica das defendidas pelo planejamento estratégico ou da visão da chamada hélice tripla com foco no setor de tecnologia da informação. (LACERDA & FERNANDES, 2015). Sobre as possibilidades e limites de tal empreendimento as autoras assinalam

Compreende-se que o Porto Digital conseguiu desenvolver, a partir da credibilidade construída em torno de sua imagem de competência (expressa em diversos prêmios recebidos nacionalmente), um ambiente favorável ao empreendedorismo e à inovação numa economia com claros sinais de envelhecimento e estagnação [...] Entretanto, em que pese a trajetória exitosa expressa na página eletrônica do Porto Digital, os limites ao desenvolvimento do parque estão colocados menos pela eventual ausência de algum elemento específico ao seu bom funcionamento (presença de universidades ou centros de pesquisa, empresas inovadoras, instituições financeiras, organismos públicos e não-governamentais de apoio à pesquisa e à transferência de conhecimento, pessoal de alta qualificação, concentração e proximidade entre agentes diversos e complementares necessários ao processo inovativo), e mais pelas dificuldades concretas impostas ao desenvolvimento de um ambiente econômico dinâmico e inovador decorrentes de uma formação econômico-territorial baseada em importação de tecnologia utilizada por setores tradicionais e de baixa produtividade, operados por força de trabalho de baixos salários e escolaridade sofrível, como estas observadas na periferia da periferia do capitalismo globalizado. (LACERDA & FERNANDES, 2015, p. 340).

Sobre outro projeto modelo para o Complexo Aluizio Campos, temos o projeto Aerotrópole de 2003, do governo do Estado de Minas Gerais, que contratou o consultor norte americano especialista no assunto, John Kasarda, para acompanhar o processo e implementar o conceito de que as novas centralidades globais se desenvolvem em torno do aeroporto internacional¹⁴. Um exemplo bem descontextualizado com a própria realidade da cidade de

¹⁴ A origem do conceito de Aerotrópole são explanadas por Freitas (2016, p. 244) quando afirma que “O economista John D. Kasarda é diretor do Centro para Comércio Aéreo da Universidade da Carolina do Norte e presidente da Aerotropolis Business Concepts LLC. Publicou mais de 100 artigos e 10 livros sobre a relação entre a estrutura da aviação, desenvolvimento urbano e competitividade. Possui forte influência entre os principais líderes do setor da aviação, as empresas de consultoria de

Belo Horizonte representativa de uma metrópole da periferia do capitalismo, e muito mais com a realidade de uma cidade média do interior nordestino.

Já o CONE SUAPE representa um megaprojeto de infraestrutura e logística no interior de outro grande projeto de desenvolvimento que é o Porto de SUAPE, cuja a localização estratégica no Nordeste Brasileiro, procurou consolidar Pernambuco como o maior centro logístico do Nordeste, com cerca de 60 centrais de distribuição e mais de 100 centrais de importação. Nesse ambiente dar-se o surgimento do megaempreendimento Cone Suape como plataforma de multiempreendimentos, que visa a atender a uma necessidade de mercado formada por áreas dotadas de infraestrutura de qualidade que sejam capazes de abrigar empreendimentos e prover serviços e competências logísticas para atender à demanda oriunda da região de influência direta do Complexo Portuário de Suape. (NASCIMENTO, 2015).

Fecha-se aqui essa amostra das principais teorias, conceitos e projetos que embasam a consecução da proposta encabeçada pelo Complexo Aluízio Campos, como representativo da tentativa e desejo de uma coalização de agentes desenvolvedores, promotores, financiadores, públicos e privados, que fazem uso de um discurso global, puxado por agentes internacionais como organismos multilaterais como BIRD, BID, OCDE, ONU - Habitat, *think tanks* ligados a setores das TICs e da gestão urbana neoliberal, agentes estatais, intelectuais nacionais e internacionais, entre outros. Esse tópico teve como objetivo mostrar o panorama das origens de tais ideias que tendem a ser replicadas no Plano Campina Grande 2035.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo exploratório objetivou inicialmente desnudar o discurso subjacente de agentes nacionais e internacionais ligados há uma urbanização neoliberal, somada a características da nova economia ligada ao desenvolvimento das TICs e da inovação, que aclama a necessidade da formação de sistemas regionais e nacionais de inovação ou ecossistemas da inovação como panaceia que resolverá os problemas econômicos e sociais dos mais diferentes espaços urbano e regionais. Apresentou-se que parte dessas ideias tem viajado pelo mundo procurando espaços para aportarem, espaços dinâmicos e possíveis acolhedores de massas de capitais que vagam a espera de valorização. Estão ligados a produção diferencial e desigual de cidades como espaços onde o projeto geograficamente variável do neoliberalismo se materializa e toma formas diferenciadas (BRENNER, PECK e THEODOR, 2015).

Esses capitais procuram, ao nossos ver, encontrar ou construir o que Harvey (2005) chama de novas coerências regionais estruturadas, que podem ser criadas em espaços que possuem as chamadas vocações ou construída do zero pela união de uma coalização de agentes locais orientada por uma expertise global e forte financiamento público. Assinalou-se, também, como a Nova Agenda Urbana, passa a fornecer novos parâmetros para tratar a questão urbana no mundo, sendo que esses parâmetros ou paradigmas seguem os princípios neoliberais. Onde encontramos o forte apelo ao uso de PPPs, a construção de grandes projetos

investimento e o setor público. Segundo a revista Time, o conceito de Aerotrópoles é “uma das dez ideias que mudaram o mundo”. Segundo a revista Cidades do Futuro, de 2013, Kasarda está entre The Top 100 City Innovators Worldwide”.

de desenvolvimento urbano - GPDUs, somados ao fortalecimento das leis e dos instrumentos de planejamento que favorecem o mercado e a adoção de inovação tecnológica na gestão do espaço urbano, ou mais diretamente na produção de cidades inteligentes. Alerta-se que a Nova Agenda Urbana (ONU-Habitat) trata o mercado financeiro como um parceiro do Desenvolvimento Urbano Sustentável, como pode-se observar, analisando os documentos sobre o financiamento para os ODS.

Por fim, apontou-se ainda para as incongruências da implementação de certas ideias com a realidade concreta dos espaços de cidades periféricas do capitalismo global. Pois para a materialização das mesmas se requer uma série de adequações das cidades receptoras, como estruturas físicas e virtuais, adequação de mão de obra especializada, não condizente com o nível educacional de cidades como Campina Grande, que também ainda não se enquadram aos padrões do que essas ideias apresentam como cidadãos inteligentes ou *smart citizens*, que devem ser cidadãos tecnologicamente alfabetizados. Assim, ver-se novamente a repetição e replicação de modelos ou “boas práticas” de forma incondicional pelas mais diferentes realidades espaço-temporais. Assim cabe a pergunta, Campina Grande se enquadra ou necessita virar uma cidade inteligente? Ou a mesma e sua população possuem outras prioridades e demandas mais fundamentais ligadas à sua urbanização incompleta, desigual e periférica?

REFERÊNCIAS

ARANTES, O.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. São Paulo: Vozes, 2009.

BOUSKELA, Maurício (et al). Caminho para as smart cities: da gestão tradicional para a cidade inteligente. Banco Interamericano, 2016.

BRANDÃO, Carlos Antônio; FERNÁNDEZ Victor Ramiro; RIBEIRO Luiz Cesar de Queiroz (Orgs). Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações. Estratégia Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação do MCTIC – 2016-2022. Brasília: MCTIC, 2015.

BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Urbanismo neoliberal. La ciudad y el império de los mercados. In: Observatório Metropolitano de Madrid (ed.). El mercado contra la ciudad: sobre globalización, gentrificación y políticas urbanas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2015.

BRENNER, Neil. Teses sobre a urbanização. Revista E-metropolis, nº 19, ano 5, pp. 06-26, Dez., 2014.

_____. A globalização como reterritorialização: o reescalamento da governança urbana na União Europeia. Cad. Metrop. v. 12, n. 24, pp. 535-564, jul/dez, 2010.

BRENNER, Neil. *New state spaces: Urban governance and the rescaling of statehood*. New York: Oxford University Press, 2004.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Lei Federal nº. 9.491, de 9 de setembro de 1997. Remodelou o Programa Nacional de Desestatização, já incorporando essa ideia de diminuição da atuação do Estado. *Diário Oficial da União*, 10 nov. 1997, p. 19.941.

BRENNER, Neil. Teses sobre a urbanização. In: *Revista E-metropolis*, nº 19, ano 5, pp. 06-26, Dezembro de 2014.

_____. Reestruturação, Reescalamento e a Questão Urbana. In: *GEOUSP – espaço e tempo*, São Paulo, N°33, pp. 198-220, 2013.

CAMPINA GRANDE. *Campina Grande 2035* (2015; 2016).

COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Unesp, 2005.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

FERNANDES, Ana Cristina de Almeida. *Conhecimento, Cidade e Região: Construindo um Conceito de Sistema Territorial de Inovação*. Tese Concurso de Professor Titular – UFPE. Departamento de Ciências Geográficas - Área de Geografia. Recife, 2011.

_____. Sistema Territorial de Inovação ou uma dimensão de análise na Geografia contemporânea? In: SPOSITO, E. Savério. *A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

FREEMAN, Christopher. Inovação e ciclos longos de desenvolvimento econômico. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 5.l.pp, 5-20, 1984.

FREITAS, Daniel M. de. *Desvelando o campo de poder dos Grandes Projetos Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2016.

GÓNGORÁ, Gina Paola Maestre. Revisión de literatura sobre ciudades inteligentes: una perspectiva centrada en las TIC. *INGENIARE*, Universidad Libre-Barranquilla, Año 11, n. 19, pp. 137-149, 2015.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

IBAÑEZ, Pablo. Geografia e Inovação Tecnológica: uma Abordagem Urgente. In: Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 4, N.1, p. 121-138, 2014.

JESSOP, B. (2002). The future of the capitalist state. Cambridge, Polity, 2002.

LACERDA, Norma; FERNANDES, Ana Cristina A. Parques tecnológicos: entre inovação e renda imobiliária no contexto da cidade do Recife. Cad. Metrop v. 17, n. 34, pp. 329-354, nov. 2015.

LIPIETZ, Alan. Miragens e Milagres: problemas da industrialização do Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

MASCARENAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MAZZUCATO, Mariana. Sistemas de innovación: cómo dejar de subsanar las fallas de mercado para comenzar a crear mercados. In: ONU:CEPAL/GIZ. Políticas industriales y tecnológicas en América Latina. Santiago, 2017.

_____. O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado. Tradução Elvira Serapicos. 1a ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MIRANDA, Livia Izabel B. de. As regiões metropolitanas da Paraíba: contradições e Inconsistências entre institucionalidades e o planejamento territorial. Observatório das Metrôpoles, 2015. Disponível em: < <http://observatoriodasmetrosoles.net.br/wp/as-regioes-metropolitanas-da-paraiba-contradicoes-e-inconsistencias-entre-institucionalidades-e-o-planejamento-territorial/>>. Acesso em: 07 de nov. 2018.

MOLOCHT, H. The City as a Growth Machine: toward a political economy of place. In: The American Journal of Sociology, Vol. 82, n. 2, pp. 309-332, Sep. 1976.

MOURA, R. Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

NASCIMENTO, Alexandre Sabino do. A metrópole e as perfídias do capital: uma análise da relação entre Estado, megaeventos esportivos e grandes projetos de desenvolvimento urbano na (re)produção do capital e da cidade contemporânea. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 16, n. 2, Nov., 2014.

_____. Grandes negócios da reestruturação metropolitana de Recife: uma análise da articulação ampliada entre Estado e capital na produção do espaço. In: Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE – “A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação”. Presidente Prudente: UNESP, 2015.

OBSERVATORIO TECNOLÓGICO DE LA ENERGÍA. Mapa Tecnológico “Ciudades Inteligentes”. Barcelona, 2012.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Documento de Políticas da Habitat III: 21 – Cidades Inteligentes. Nova York: ONU, 2015.

PINHO, M.; CORTÊS, M. R.; FERNANDES, A. C.. A fragilidade das empresas de base tecnológica em economias periféricas: uma interpretação baseada na experiência brasileira. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 23, n. 01, p. 135-162, 2002.

SÁNCHEZ, F. et al. Cidade-marca e disputas simbólicas no Projeto Rio 2016. In: Anais do XV Encontro Nacional da Anpur. Recife: ANPUR, 2013.

SILVA, Rodrigo F. de Carvalho (org.). Paraíba 2000-2013. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

STIGLITZ, Joseph E. (et al.). A economia mais forte do mundo: um plano para revitalizar a economia americana e promover a prosperidade global. Lisboa: Bertrand Editora, 2017.